



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2023

A Câmara Municipal de PINDORAMA, Estado de São Paulo, torna público que realizará, na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS** para o preenchimento de vagas dos cargos especificados no quadro de cargos abaixo, providos pelo Regime **Estatutário**. O Concurso Público será regido pelas instruções constantes do presente instrumento elaborado de conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, por seus Anexos e eventuais retificações, e sua execução caberá à empresa **MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA**.

1.2. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial de Brasília.

1.3. Ao número de vagas estabelecidas no quadro de cargos deste Edital poderão ser acrescidas novas vagas que surgirem, para eventual nomeação dos candidatos que estiverem classificados em reserva de contingente, observada a disponibilidade financeira e orçamentária, e se autorizadas pela Câmara Municipal de PINDORAMA, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

1.4. O Regime Jurídico dos cargos oferecidos neste Edital é o Regime **Estatutário**, em conformidade com a Legislação Municipal específica devendo sempre ser consideradas suas alterações e a legislação pertinente.

2. DOS CARGOS

QUADRO DE CARGOS					
CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Auxiliar de Gabinete	01	40 horas semanais	R\$ 2.566,30	Ensino Médio Completo	R\$ 75,00
Auxiliar de Secretária	01	40 horas semanais	R\$ 2.566,30	Ensino Médio Completo	R\$ 75,00
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40 horas semanais	R\$ 1.509,10	Ensino Fundamental Completo	R\$ 55,00
Controlador Interno	01	20 horas semanais	R\$ 3.131,20	Ensino Superior Completo em Administração ou Economia ou Ciências Contábeis ou Direito, com inscrição no respectivo órgão de classe.	R\$ 95,00
Procurador Jurídico	Cadastro Reserva	40 horas semanais	R\$ 6.455,96	Ensino Superior Completo em Direito com registro na Ordem dos Advogados do Brasil.	R\$ 95,00

2.1. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

fls. 25

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS	
CARGO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Auxiliar de Gabinete	<p>a) auxiliar e recepcionar as pessoas que se dirigirem ao Gabinete, tomando ciência dos assuntos tratados; para prestar-lhes informações desejadas e se necessário encaminhar ao Presidente da Câmara, auxiliando-o em seus trâmites e agenda;</p> <p>b) organizar e manter arquivo de documentos referentes ao Presidente da Câmara, inclusive correspondências a ele afetas, procedente da classificação e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta;</p> <p>c) Agilizar o fluxo de trabalhos administrativos aos quais lhe são incumbidos pelo Presidente da Câmara;</p> <p>d) executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo Presidente.</p>
Auxiliar de Secretaria	<p>a) Executar serviços de digitação de documentos pertinentes ao expediente da Secretaria da Câmara, tais como projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo, licitações, requerimentos, indicações, ofícios, atos da Mesa, portarias, editais, contratos e etc.</p> <p>b) prestar assistência ao Presidente da Câmara, membros das Comissões e Vereadores;</p> <p>c) auxiliar na autuação e controle da tramitação das preposições;</p> <p>d) Protocolizar e encaminhar ao Gabinete da Presidência todas as solicitações, ofícios e requerimentos que, forem dirigidos a Ouvidoria que, deverá ser regulamentada pelo legislativo municipal;</p> <p>e) realizar o Controle de Patrimônio e Controle de Almoxarifado da Câmara Municipal, devendo proceder a solicitações e apontar irregularidades, imediatamente ao Presidente e Mesa Diretora da Câmara Municipal.</p> <p>f) executar outras tarefas que forem determinadas pelo Presidente ou pela Mesa Diretora.</p>
Auxiliar de Serviços Gerais	<p>a) abrir e fechar as portas do edifício da Câmara, nas horas determinadas;</p> <p>b) hastear e arriar as bandeiras;</p> <p>c) zelar pelo patrimônio da Câmara, representando diretamente a Mesa Diretora contra qualquer irregularidade;</p> <p>d) proceder e conservar a limpeza de todas as dependências e objetos do edifício da Câmara;</p> <p>e) executar os serviços de Copa;</p> <p>f) auxiliar o atendimento ao público e às autoridades visitantes, bem como auxiliar no atendimento e efetuar ligações telefônicas e fax, controlando a recepção e o envio de documentos.</p> <p>g) efetuar a reprodução de cópias reprográficas;</p> <p>h) executar outros serviços que lhe forem determinados pela Mesa Diretora.</p>
Controle Interno	<p>a) realizar acompanhamento, levantamento, fiscalização e avaliação da gestão administrativa, contábil, financeira, patrimonial e operacional no âmbito da Câmara Municipal de Pindorama, com vistas a legalidade e legitimidade de atos de gestão dos responsáveis e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;</p> <p>b) examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, qualquer que seja o objetivo, inclusive os relatórios de gestão fiscal, da Câmara Municipal;</p> <p>c) examinar as prestações de contas dos ordenadores de despesas da Câmara Municipal e dos responsáveis por bens e valores pertencentes ao legislativo;</p> <p>d) examinar os gastos com a folha de pagamento da Câmara Municipal e verificar o cumprimento dos limites legais com pessoal e total do Poder Legislativo Municipal;</p> <p>e) orientar os gestores da Câmara Municipal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;</p> <p>f) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento da Câmara Municipal;</p> <p>g) apoiar o controle no exercício de sua missão institucional;</p> <p>h) promover auditorias internas periódicas, para assegurar o cumprimento das melhores práticas de gestão na Câmara Municipal e, no caso de constatação de falhas ou irregularidades, recomendar as medidas aplicáveis;</p> <p>i) promover auditorias extraordinárias determinadas pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;</p>



	<p>j) propor à Mesa Diretora a expedição de atos normativos concernentes à execução e controle de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Câmara Municipal, quando necessário;</p> <p>k) desenvolver outras atividades inerentes à função do sistema de Controle Interno, determinadas por normas e legislações vigentes;</p> <p>l) realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar;</p> <p>m) examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;</p> <p>n) analisar os processos de adiantamento de viagem, emitindo parecer após a devida prestação de contas;</p> <p>o) cientificar a autoridade responsável quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração local.</p>
Procurador Jurídico	<p>Mediante determinação do Presidente ou da Mesa Diretora;</p> <p>I - representar em juízo ou fora dele a Câmara Municipal de Pindorama, representada pelo seu Presidente ou Mesa Diretora, mas ações em que forem autores, réus ou interessados, acompanhando os processos, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiências e outros atos para defender direitos ou interesses;</p> <p>II - estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando leis, doutrina e jurisprudência e outros documentos para adequar os fatos a legislação aplicável;</p> <p>III - preparar a defesa ou acusação, arrolando ou correlacionando fatos e aplicando o procedimento adequado;</p> <p>IV - acompanhar os processos, dos quais a Câmara é parte ou interessada em todas as suas fases;</p> <p>V - prestar assessoria e consultoria através de pareceres sobre assuntos administrativos e jurídicos colocados a seu exame pela Presidência ou Mesa Diretora, bem como elaborar e emitir pareceres sobre todos os atos do Poder Legislativo, tais como contratos, convênios, portarias, regulamentos, licitações e etc.;</p> <p>VI - Examinar e emitir pareceres em anteprojetos, projetos de lei, decretos legislativos e resoluções elaborados e encaminhados.</p> <p>VII - organizar a biblioteca jurídica da Câmara;</p> <p>VIII - organizar e manter atualizados os arquivos de certidões de decisões proferidas de processos em que a Câmara for parte ou interessada;</p> <p>IX - participar de sessões ordinárias e extraordinárias;</p> <p>X - Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pela Presidência.</p>

3. REQUISITOS PARA INVESTIDURA DOS CARGOS

3.1. O candidato aprovado e classificado neste Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, será investido no cargo, se atendidas às seguintes exigências:

- ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro que goze das prerrogativas do art. 12, Inciso I do artigo 37 da Constituição da República;
- gozar dos direitos políticos;
- ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- estar quite com as obrigações eleitorais;
- estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino;
- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que poderá ser aferida mediante perícia médica realizada pelo serviço médico oficial da Câmara Municipal de PINDORAMA, ou, em sua falta, a quem este indicar;
- comprovar escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido no quadro de cargos deste Edital;



3.2. Os requisitos descritos no item 3.1 deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da posse através de documentação original, juntamente com fotocópia ou cópia autenticada.

3.3. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 3.1 deste Edital impedirá a posse do candidato.

4. DA DIVULGAÇÃO

4.1. O Edital na íntegra será publicado na página oficial da Câmara Municipal DE PINDORAMA www.camarapindorama.sp.gov.br e no site da empresa MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA www.concursosmaster.com.br.

4.2. Os demais atos pertinentes ao certame serão publicados na página oficial da Câmara Municipal DE PINDORAMA, disponível no endereço eletrônico www.camarapindorama.sp.gov.br e no site da empresa MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA www.concursosmaster.com.br.

4.3. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais, avisos e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados através dos meios de divulgação acima citados.

4.4. Não haverá avisos pelos Correios dos atos do certame e, presumir-se-ão cientificados os candidatos de todos os atos concernentes ao concurso público nos termos dispostos nos itens 4.1 a 4.3 deste Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Disposições Gerais

5.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

5.1.2. Antes de efetuar a inscrição e o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a tácita aceitação total e irrenunciável das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.1.5. A inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis; não cabendo em hipótese alguma restituição ou devolução de valores pagos, salvo nas hipóteses previstas no item 5.2.4.

5.1.6. O candidato poderá concorrer para apenas um cargo, devendo indicá-lo no ato da inscrição, conforme discriminado no QUADRO DE CARGOS deste edital, caso o candidato se inscreva para mais de um cargo e efetue o pagamento da taxa de inscrição dos mesmos, será considerada a última inscrição feita.

5.1.7. Em nenhuma hipótese será aceita transferência de inscrições entre pessoas, alteração de locais de realização das provas e alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de portador de deficiência.

5.1.8. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Formulário de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.2. Procedimento para inscrição, taxas e formas de pagamento



5.2.1. Para formalizar a inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.concursosmaster.com.br da seguinte forma:

- Acesse o site **através do endereço acima citado**;
- Clique sobre o item **Inscrições abertas**;
- Clique em **Concurso Público Edital nº 01/2023 – CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA – SP**;
- Preencha todos os campos do formulário de inscrição;
- Clique em **Finalizar**;
- Na sequência o sistema irá gerar o **comprovante de inscrição** e o **documento** para pagamento da taxa de inscrição;

5.2.2. Período e Procedimentos para Inscrição: Serão realizadas através de formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.concursosmaster.com.br, do dia 30 de outubro de 2023 até às 24 horas do dia 30 de novembro de 2023.

5.2.3. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito até o dia 01 de dezembro de 2023.

5.2.3.1. O valor da Taxa de Inscrição a ser pago para participação neste Concurso Público é o constante do quadro de cargos deste edital.

5.2.4. O valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato, salvo nas hipóteses de cancelamento ou não realização do concurso.

5.2.4.1. Na hipótese de cancelamento ou não realização do Concurso Público, a restituição da Taxa de Inscrição deverá ser requerida pelo candidato ou por procuração, devidamente reconhecida a firma, por meio do preenchimento e entrega de formulário a ser disponibilizado pela Câmara Municipal de PINDORAMA. A divulgação dar-se-á conforme subitem 4.2.

5.2.4.2. O formulário de restituição da taxa de inscrição estará disponível nos locais indicados no subitem 4.2, desde a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento ou a não realização do certame.

5.2.5. Não será válida a inscrição cujo pagamento seja realizado em discordância com as condições previstas neste Edital.

5.2.6. Não será efetivada a inscrição se, por qualquer motivo houver inconsistência do pagamento da taxa de inscrição, ficando o candidato obrigado a se manifestar formalmente, nos termos do item 5.2.7.

5.2.7. Caberá recurso contra o indeferimento de inscrição por problemas ocasionados no pagamento da taxa de inscrição.

5.2.7.1. O recurso deverá ser protocolado diretamente no endereço eletrônico www.concursosmaster.com.br, dentro do período de 2 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente da data de publicação do edital de homologação das inscrições deferidas.

5.2.7.2. O candidato deverá anexar junto ao recurso o comprovante de pagamento da taxa de inscrição bem como toda documentação que o candidato julgar necessária à comprovação da regularização da inscrição.

5.2.7.3. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento do recurso será disponibilizada conforme subitem 4.2.

6. VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIENCIA

6.1. Disposições Gerais

6.1.1. Das vagas oferecidas neste Edital e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade deste Concurso Público, 5% (cinco por cento) serão destinadas aos portadores de deficiência e providas na forma do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, desde que, da aplicação do referido percentual, considerando-se,



para efeitos da execução do cálculo, o número de vagas existentes, resulte número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), formando assim 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Quando inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos).

6.1.2. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

6.1.3. O Candidato portador de deficiência, ao se inscrever no Concurso Público, deverá observar a compatibilidade das atribuições do cargo ao qual pretende concorrer com a deficiência da qual é portador.

6.1.4. Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida.

6.1.5. Para fins de reserva de vagas prevista no item 6.1.1 deste Edital, somente serão consideradas como pessoas portadoras de deficiências aquelas que se enquadrem nas situações previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, conforme as seguintes definições:

a) Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

b) Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5, no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores;

d) Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho;

e) Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

6.2. Procedimentos Especiais para Inscrição

6.2.1. O Candidato portador de deficiência, durante o preenchimento do Formulário de Inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 5 e seus subitens deste Edital, deverá indicar se é portador de deficiência e qual o seu tipo, passando assim a concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência;

6.2.2. O candidato portador de deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário de Inscrição e não cumprir o determinado neste edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.



6.2.3. O candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas de ampla concorrência poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Formulário de Inscrição, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas reservadas para portadores de deficiência, conforme disposição legal.

6.2.4. O candidato deverá anexar, no ato da inscrição, em campo específico para isto na ficha de inscrição, cópia do laudo médico expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, o qual deverá atestar a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

6.2.4.1. Os candidatos portadores de deficiência poderão ser submetidos à perícia médica, com vistas a verificar a existência e a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo, de acordo com o Decreto Federal nº 3298/1999 e suas alterações, para fins de nomeação do candidato classificado e convocado, a ser realizada por equipe de profissionais designada pela Câmara Municipal DE PINDORAMA, em período estabelecido.

6.2.4.2. Será excluído deste Concurso Público, mediante cancelamento da inscrição e dos atos originados desta, o candidato que apresentar deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo.

6.2.4.3. Os portadores de deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito ao conteúdo e a avaliação das provas.

6.2.4.4. Concluindo a equipe de profissionais responsáveis pela perícia médica pela inexistência da deficiência, o candidato concorrerá juntamente com os demais candidatos.

6.2.4.6. Em caso de não ser realizada perícia médica no ato da inscrição, fica reservado a Câmara Municipal DE PINDORAMA o direito de realizá-la antes da posse do candidato, nos termos previstos na cláusula 6.2.4.2.

6.2.4.7. Não ocorrendo a aprovação de candidatos portadores de deficiência em número suficiente para preencher as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo Concurso Público, nos termos da legislação vigente, respeitada a ordem de classificação.

6.3. Solicitação de Condições Especiais para Realização das Provas

6.3.1. O candidato portador de deficiência poderá requerer a condição especial para a realização das provas, indicando a condição de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3.2. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato portador de deficiência, assim considerada aquela que possibilita a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela **MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA.**

6.3.3. O candidato deverá solicitar em campo específico SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS diretamente na ficha de inscrição anexando para tanto o laudo médico em campo específico para este fim disponível na ficha de inscrição.

6.3.4. Os candidatos deverão observar o período para solicitação das condições especiais para realização das provas, nos termos no item 6.3.3 deste Edital, sob pena de não terem concedidas as condições solicitadas, seja qual for o motivo alegado.

6.3.5. Na falta do laudo médico ou não contendo este as informações indicadas no item 6.2.4 ou se for entregue fora do prazo, o candidato perderá o direito de concorrer às vagas destinadas neste Edital aos candidatos portadores de deficiência,



mesmo que declarada tal condição no Formulário de Inscrição, bem como não terá atendida a condição especial para realização das provas.

6.3.6. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá solicitar em campo específico diretamente na ficha de inscrição anexando para tanto o parecer emitido por especialista da área de sua deficiência justificando a necessidade de tempo adicional, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3.7. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille, serão oferecidas provas nesse sistema.

6.3.8. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

6.3.9. O deferimento dos pedidos de condições especiais para realização das provas fica condicionado à indicação constante no laudo médico de que trata o item 6.2.4. deste Edital.

6.4. CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA publicará conforme subitem 4.2, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições como portador de deficiência e/ou pedido de condições especiais deferidos/indeferidos, de acordo com o laudo médico e parecer da equipe de profissionais responsável quando for o caso.

6.4.1. O candidato disporá de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente da data de publicação da relação citada no item 6.4, para contestar o indeferimento por meio de recurso.

6.4.1.1. O recurso deverá ser protocolado diretamente no endereço eletrônico www.concursosmaster.com.br, dentro do período de 2 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente da data de publicação das listas constantes do item 6.4.

6.4.2. Não serão considerados os recursos encaminhados de qualquer outra forma ou prazo que não esteja previsto no item 6.4.1.1 deste Edital.

6.4.3. Não serão aceitos pedidos de revisão após o prazo determinado no item 6.4.1.1 deste Edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PUBLICO

7.1. O Concurso Público será composto de **PROVA OBJETIVA**, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos.

8. DA PROVA OBJETIVA – ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA

8.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 10 de dezembro de 2023 em horários e locais a serem divulgados após a homologação das inscrições, conforme item 4.

8.2. As provas objetivas para todos os cargos constantes do QUADRO DE CARGOS têm caráter eliminatório e classificatório sendo compostas conforme especificado a seguir:

CARGO	MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	NÚMERO DE ALTERNATIVAS	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Auxiliar de Gabinete	Língua portuguesa	12	04	2,5	30,0
	Matemática	12	04	2,5	30,0
	Conhecimentos gerais	16	04	2,5	40,0



Auxiliar de Secretaria Auxiliar de Serviços Gerais					
Controlador Interno	Conhecimentos específicos	15	04	2,5	37,5
Procurador Jurídico	Língua portuguesa	10	04	2,5	25,0
	Matemática	10	04	2,5	25,0
	Conhecimentos gerais	05	04	2,5	12,5

8.3. As provas serão realizadas em locais a serem divulgados após a homologação das inscrições.

8.4. As provas objetivas de múltipla escolha terão duração máxima de **3 (três) horas** cujo conteúdo programático está especificado a seguir:

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

ORTOGRAFIA; ACENTUAÇÃO; DIVISÃO SILÁBICA; ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS: DERIVAÇÃO E COMPOSIÇÃO - PREFIXOS E SUFIXOS – RADICAIS GREGOS E LATINOS; CLASSES DE PALAVRAS: VERBOS E SUBSTANTIVOS - ÊNFASE EM CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS, VERBOS REGULARES, IRREGULARES, DEFECTIVOS, ANÔMALOS E ABUNDANTES- (TEMPOS E MODOS VERBAIS). SUBSTANTIVOS: CLASSIFICAÇÃO; FLEXÃO EM GÊNERO, NÚMERO E GRAU (ÊNFASE EM SUBSTANTIVOS EPICENOS, SOBRECUMUNS, COMUNS DE DOIS GÊNEROS E DE GÊNERO VACILANTE); SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS; PARÔNIMOS, HOMÔNIMOS; PROCESSO DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DAS ORAÇÕES; EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS; REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL; CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL; PONTUAÇÃO: CRASE; COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO; COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL; PARAGRAFAÇÃO; INFORMAÇÕES LITERAIS E INTERFERÊNCIAS; PONTO DE VISTA DO AUTOR. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.

MATEMÁTICA - NÍVEL SUPERIOR

1. ARITMÉTICA E CONJUNTOS: OS CONJUNTOS NUMÉRICOS (NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS); OPERAÇÕES BÁSICAS, PROPRIEDADES, DIVISIBILIDADE, CONTAGEM E PRINCÍPIO MULTIPLICATIVO. PROPORCIONALIDADE. 2. ÁLGEBRA: EQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS; FUNÇÕES ELEMENTARES, SUAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS E APLICAÇÕES: LINEARES, QUADRÁTICAS, EXPONENCIAIS, LOGARÍTMICAS E TRIGONOMÉTRICAS; PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS; POLINÔMIOS; NÚMEROS COMPLEXOS; MATRIZES, SISTEMAS LINEARES E APLICAÇÕES NA INFORMÁTICA; FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA. 3. ESPAÇO E FORMA: GEOMETRIA PLANA, PLANTAS E MAPAS; GEOMETRIA ESPACIAL; GEOMETRIA MÉTRICA; GEOMETRIA ANALÍTICA. 4. TRATAMENTO DE DADOS: FUNDAMENTOS DE ESTATÍSTICA; ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE; ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPRESSAS EM GRÁFICOS E TABELAS.



CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL SUPERIOR

HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA DO BRASIL, ATUALIDADES SOBRE CIÊNCIAS, RELIGIÃO, CULTURA, POLÍTICA, ESPORTE E OS MAIS DIVERSOS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO DIVULGADOS PELA GRANDE MÍDIA (RADIO, JORNAIS, TV E INTERNET).

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ORTOGRAFIA: USO DE S E Z. EMPREGO DE SS, C, Ç, CH, EX, J E G. DIVISÃO SILÁBICA: SEPARAÇÃO E PARTIÇÃO DE SILABAS. CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO NÚMERO DE SÍLABAS. ACENTUAÇÃO GRÁFICA: CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO À USO POSIÇÃO DA SÍLABA TÔNICA, CLASSES DE PALAVRAS (CLASSES GRAMATICAI). FLEXÕES/; GÊNERO, NÚMERO E GRAU. CRASE. FRASE E ORAÇÃO. SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO. SUFIXOS E PREFIXOS.

MATEMÁTICA – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

AS 4 OPERAÇÕES, NÚMEROS INTEIROS, FRAÇÃO, NÚMEROS DECIMAIS, MDC E MMC, REGRA DE TRÊS, PORCENTAGEM, SISTEMAS DE MEDIDAS; GEOMETRIA PLANA, PLANTAS E MAPAS; GEOMETRIA ESPACIAL; GEOMETRIA MÉTRICA; GEOMETRIA ANALÍTICA; EQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS.

CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA DO BRASIL, ATUALIDADES SOBRE CIÊNCIAS, RELIGIÃO, CULTURA, POLÍTICA, ESPORTE E OS MAIS DIVERSOS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO DIVULGADOS PELA GRANDE MÍDIA (RADIO, JORNAIS, TV E INTERNET).

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL FUNDAMENTAL

ORTOGRAFIA: USO DE S E Z. EMPREGO DE SS, C, Ç, CH, EX, J E G. DIVISÃO SILÁBICA: SEPARAÇÃO E PARTIÇÃO DE SILABAS. CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO NÚMERO DE SÍLABAS. ACENTUAÇÃO GRÁFICA: CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO À USO POSIÇÃO DA SÍLABA TÔNICA, CLASSES DE PALAVRAS (CLASSES GRAMATICAI). FLEXÕES/; GÊNERO, NÚMERO E GRAU. CRASE. FRASE E ORAÇÃO. SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO. SUFIXOS E PREFIXOS.

MATEMÁTICA – NÍVEL FUNDAMENTAL

AS 4 OPERAÇÕES, NÚMEROS INTEIROS, FRAÇÃO, NÚMEROS DECIMAIS, MDC E MMC, REGRA DE TRÊS, PORCENTAGEM, SISTEMAS DE MEDIDAS.

CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL FUNDAMENTAL



HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA DO BRASIL, ATUALIDADES SOBRE CIÊNCIAS, RELIGIÃO, CULTURA, POLÍTICA, ESPORTE E OS MAIS DIVERSOS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO DIVULGADOS PELA GRANDE MÍDIA (RADIO, JORNAIS, TV E INTERNET).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Controlador Interno	<p>ORÇAMENTO PÚBLICO: PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS; PLANEJAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988; LEI DO PLANO PLURIANUAL – PPA; LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO; LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA; INICIATIVA E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI; CRÉDITOS ADICIONAIS: CONCEITO, TIPOS, REQUISITOS PARA ABERTURA, FONTES DE RECURSOS. 2. RECEITA PÚBLICA: RECEITA ORÇAMENTÁRIA; INGRESSO EXTRAORÇAMENTÁRIO; FASES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA. 3. DESPESA PÚBLICA: DESPESA ORÇAMENTÁRIA; DISPÊNDIO EXTRAORÇAMENTÁRIO; CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA: INSTITUCIONAL, FUNCIONAL, PROGRAMÁTICA E POR NATUREZA; FASES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA; DESPESA COM PESSOAL NOS TERMOS DA LC 101/2000. 4. RESTOS A PAGAR: LIMITES E CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO DAS DESPESAS EM RESTOS A PAGAR; DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. 5. COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ATIVO; PASSIVO; PATRIMÔNIO LÍQUIDO; VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS. 6. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS: OPERAÇÕES DE CRÉDITO; “REGRA DE OURO” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ARTIGO 167, III). 7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. 8. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO: ASPECTOS GERAIS DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PCASP. 9. TÓPICOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: PRINCÍPIOS; OBJETIVOS; EFEITOS NO PLANEJAMENTO E NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO; LIMITES PARA A DESPESA DE PESSOAL; LIMITES PARA DÍVIDA; MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA FISCAL; RENÚNCIA DE RECEITA; GERAÇÃO DE DESPESAS; TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS; DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO.</p>
Procurador Jurídico	<p>DIREITO CONSTITUCIONAL. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. CONCEITO E TIPOS DE CONSTITUIÇÃO. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO. PODER CONSTITUINTE: MODALIDADES. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. REVISÃO E EMENDA CONSTITUCIONAL. LIMITES AO PODER DE REFORMA: MATERIAIS, CIRCUNSTANCIAS E TEMPORAIS. DIREITO</p>



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

fls. 35

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. VIGÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS DO REGIME CONSTITUCIONAL ANTERIOR. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. NATUREZA, APLICAÇÃO, CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS. APLICAÇÃO DE TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS POLÍTICOS. DIREITOS SOCIAIS E DIFUSOS. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SEUS CRITÉRIOS. COMPETÊNCIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS. AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS. AUTONOMIA E SOBERANIA. INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O MUNICÍPIO E A FEDERAÇÃO. O CONCEITO DE INTERESSE LOCAL. A ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUTONOMIA MUNICIPAL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS. O PODER EXECUTIVO. ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO. A RESPONSABILIDADE DO PODER EXECUTIVO. OS SERVIDORES PÚBLICOS: NORMAS CONSTITUCIONAIS. DIREITOS E DEVERES. ACUMULAÇÃO. PREVIDÊNCIA DOS AGENTES POLÍTICOS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS. FINANÇAS PÚBLICAS. ORÇAMENTO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL. TRIBUNAIS DE CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS: COMPETÊNCIAS. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E RETENÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS. EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019. JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ.

DIREITO ADMINISTRATIVO. ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. NOÇÕES GERAIS. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA. PESSOAS ADMINISTRATIVAS: PESSOAS POLÍTICAS, AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, FUNDAÇÕES ADMINISTRAÇÃO ASSOCIADA. DELEGAÇÃO SOCIAL. AGENTES PÚBLICOS. CLASSIFICAÇÃO. AGENTES POLÍTICOS. OS SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME JURÍDICO. PROVIMENTO DE CARGOS. ESTABILIDADE. APOSENTADORIA. DIREITOS E VANTAGENS. ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ. ATOS ADMINISTRATIVOS E FATOS DA ADMINISTRAÇÃO. CONCEITO. REQUISITOS. PRESSUPOSTOS DOS ATOS. CLASSIFICAÇÃO. VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE. CONTROLE DE



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 36

LEGALIDADE. DESVIO DE PODER. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. LICITAÇÃO. CONCEITO. PRINCÍPIOS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. MODALIDADES. FASES DA LICITAÇÃO. EDITAL. HABILITAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONCEITO. CARACTERÍSTICAS. CLÁUSULAS ESSENCIAIS. FORMALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS. EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. REVISÃO, REAJUSTAMENTO E PRORROGAÇÃO. DESFAZIMENTO E CONSEQUÊNCIAS. TEORIA DA IMPREVISÃO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. RECURSOS. LEI FEDERAL 14.133/2021. BENS PÚBLICOS. CONCEITO. AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO. REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS. FORMAS DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS. GESTÃO PATRIMONIAL. VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, AFORAMENTO, LOCAÇÃO, CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, CONCESSÃO DE USO, CESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO, INCORPORAÇÃO AO CAPITAL DE SOCIEDADE, DAÇÃO EM PAGAMENTO, USUCAPIÃO, INVESTIDURA E CONCURSO VOLUNTÁRIO. DOMÍNIO TERRESTRE. TERRAS DEVOLUTAS. TERRENOS DE MARINHA. DOMÍNIO HÍDRICO. GESTÃO FINANCEIRA. ORÇAMENTO. RECEITA E DESPESA. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. RESPONSABILIDADE FISCAL. ENDIVIDAMENTO PÚBLICO: LIMITES E COMPETÊNCIA. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL. SISTEMAS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO. TRIBUNAIS DE CONTAS. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. NOÇÕES GERAIS. CONTROLE PARLAMENTAR. CONTROLE POPULAR. CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ACORDOS DE LENIÊNCIA. CONTROLE JURISDICIONAL E AUTOCONTROLE. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO. DIREITO A CERTIDÕES. REQUISIÇÕES DE PROCESSOS. DIREITO DE PETIÇÃO AOS PODERES PÚBLICOS. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. JURISPRUDÊNCIA DO STF, STJ E TCU.

DIREITO TRIBUTÁRIO. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. DESPESA E RECEITA PÚBLICAS. ORÇAMENTO PÚBLICO. CRÉDITO PÚBLICO. LEI 4.320/64. RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO. SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS

www.camarapindorama.sp.gov.br



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

fls. 37

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

	<p>AO PODER DE TRIBUTAR: IMUNIDADES E PRIVILÉGIOS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS: CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, LEGALIDADE, ANTERIORIDADE E IRRETROATIVIDADE. A DISTRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA TRIBUTÁRIA. FEDERALISMO FISCAL. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. RETENÇÃO DE RECURSOS. HIPÓTESES. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: CONCEITO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO. A CORREÇÃO DAS ANTINOMIAS. ESPÉCIES DE TRIBUTOS. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES. CARACTERÍSTICAS. FATO GERADOR: ASPECTOS OBJETIVOS, ESPACIAIS E QUANTITATIVOS, CLASSIFICAÇÃO. TEMPO DO FATO GERADOR. LUGAR DO FATO GERADOR, BASE DE CÁLCULO, SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO. CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEL. SOLIDARIEDADE, CAPACIDADE TRIBUTÁRIA E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SUCESSORES, DE TERCEIROS E POR INFRAÇÕES. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA: MODALIDADES ALÍQUOTAS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO. O LANÇAMENTO E SUAS MODALIDADES. OBRIGAÇÕES PRINCIPAL E ACESSÓRIA. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. AÇÃO FISCALIZATÓRIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. PROCESSO TRIBUTÁRIO JUDICIAL. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA. EXECUÇÃO FISCAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÕES DECLARATÓRIAS, ANULATÓRIAS E DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. MEDIDAS CAUTELARES. AÇÃO RESCISÓRIA. SUSPENSÃO JUDICIAL DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRIVILÉGIOS. CONTENCIOSO FISCAL. RENÚNCIA FISCAL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ.</p> <p>DIREITO CIVIL. (LEI 10.406/2002): VIGÊNCIA, VALIDADE, EFICÁCIA, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS NORMAS CIVIS (LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO, DECRETO-LEI 4.657/1942); PARTE GERAL: PESSOA NATURAL; PESSOA JURÍDICA; DIREITOS DA PERSONALIDADE; PERSONALIDADE, CAPACIDADE, REPRESENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, EMANCIPAÇÃO, ESTADOS (INDIVIDUAL, FAMILIAR E POLÍTICO), NOME E REGISTRO (LEI DE REGISTROS PÚBLICOS, LEI 6.015/1973), AUSÊNCIA, CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE, MORTE E SUCESSÃO PROVISÓRIA E SUCESSÃO DEFINITIVA DA PESSOA NATURAL; ASSOCIAÇÕES, FUNDAÇÕES, ENTES DESPERSONALIZADOS, SOCIEDADES DE FATO E SOCIEDADES IRREGULARES; DOMICÍLIO CIVIL; BENS JURÍDICOS: BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS: BENS CORPÓREOS E INCORPÓREOS; BENS IMÓVEIS E MÓVEIS; BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS, BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS, BENS SIMPLES E COMPOSTOS, BENS</p>
--	--



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 38

SINGULARES E COLETIVOS; BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS: BENS PRINCIPAIS E ACESSÓRIOS; BENFEITORIAS, ACESSÕES E PERTENÇAS; FRUTOS E PRODUTOS; BENS CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO SUJEITO: BENS PÚBLICOS E PARTICULARES; BEM DE FAMÍLIA: CONVENCIONAL E LEGAL (LEI 8.009/1990); FATO JURÍDICO: FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICOS; EFEITOS AQUISITIVOS, MODIFICATIVOS, CONSERVATIVOS E EXTINTIVOS DO FATO JURÍDICO; ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA); VALIDADE, INVALIDADE (NULIDADE A ANULABILIDADE) DO NEGÓCIO JURÍDICO, REPRESENTAÇÃO E SIMULAÇÃO; EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO; DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: ERRO, DOLO, COAÇÃO, LESÃO, ESTADO DE PERIGO E FRAUDE CONTRA CREDORES; ATOS JURÍDICOS LÍCITO E ILÍCITO; ABUSO DE DIREITO; PROVA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES; OBRIGAÇÕES: OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA E INCERTA, OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER, OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS, OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS E OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS; CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA; PAGAMENTO, PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO, PAGAMENTO COM SUBROGAÇÃO, IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO, DAÇÃO EM PAGAMENTO, NOVAÇÃO, COMPENSAÇÃO, CONFUSÃO E REMISSÃO DAS DÍVIDAS, MORA, PERDAS E DANOS, JUROS LEGAIS E CONVENCIONAIS, CLÁUSULA PENAL, ARRAS, SINAL. DIREITO DOS CONTRATOS; CONTRATOS CIVIS: ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO, PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO, VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, CONTRATOS ALEATÓRIOS, CONTRATO PRELIMINAR, CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR; EXTINÇÃO DO CONTRATO: DISTRATO, CLÁUSULA RESOLUTIVA, RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA; ESPÉCIES DE CONTRATO: COMPRA E VENDA, RETROVENDA, VENDA A CONTENTO E VENDA SUJEITA A PROVA, PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA, VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO, VENDA SOBRE DOCUMENTOS; TROCA OU PERMUTA; CONTRATO ESTIMATÓRIO; DOAÇÃO; LOCAÇÃO DE COISAS; EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; EMPREITADA; DEPÓSITO: DEPÓSITOS VOLUNTÁRIO E NECESSÁRIO; MANDATO, MANDATOS VOLUNTÁRIO E JUDICIAL; COMISSÃO; AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO; CORRETAGEM; TRANSPORTE: TRANSPORTE DE PESSOAS E DE COISAS; SEGURO: SEGURO DE DANO E DE PESSOA; CONSTITUIÇÃO DE RENDA; JOGO E DA APOSTA; FIANÇA; TRANSAÇÃO; COMPROMISSO; ATOS UNILATERAIS: PROMESSA DE RECOMPENSA, GESTÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTO INDEVIDO, ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA; LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA (LEI 8.245/1991). RESPONSABILIDADE CIVIL: RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL, SUBJETIVA E OBJETIVA, DIRETA E INDIRETA; OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR E FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DIREITOS REAIS: POSSE; PROPRIEDADE: DESCOBERTA, USUCAPIÃO: ORDINÁRIO,



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 39

	<p>EXTRAORDINÁRIO, ESPECIAL (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 E LEI 6.969/1981): RURAL, URBANA, POR ABANDONO DO LAR E ADMINISTRATIVA (LEI 11.977/2009; E LEI 12.424/2011), PELA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL (LEI Nº 9.278/1996), COLETIVA (LEI 10.257/2001), INDÍGENA (LEI 6.001/1973), REGISTRO DO TÍTULO, ACESSÃO, OCUPAÇÃO, ACHADO DO TESOURO, TRADIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO, CONFUSÃO, COMISSÃO E ADJUNÇÃO; DIREITOS DE VIZINHANÇA: USO ANORMAL DA PROPRIEDADE, ÁRVORES LÍMITROFES, PASSAGEM FORÇADA, PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES, ÁGUAS, LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM E DIREITO DE CONSTRUIR; CONDOMÍNIO GERAL, VOLUNTÁRIO, NECESSÁRIO E EDÍLIO; PROPRIEDADE RESOLÚVEL; PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: MÓVEIS E IMÓVEIS (LEI 4.591/1964; E LEI 9.514/1997); SERVIDÕES; USUFRUTO; USO; HABITAÇÃO; DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR; PENHOR; HIPOTECA; ANTICRESE. DIREITO DE FAMÍLIA: DIREITO PESSOAL: CASAMENTO E RELAÇÕES DE PARENTESCO; DIREITO PATRIMONIAL: REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES, USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES, ALIMENTOS (LEI 5.478/1968, LEI 8.971/1994 E LEI 11.804/2008) E BEM DE FAMÍLIA; SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO: JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, LEI 6.515/1977), INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE (LEI 8.560/1992); UNIÃO ESTÁVEL; TUTELA E CURATELA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI 8.069/1990, E ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, LEI 13.146/2015). DIREITO DAS SUCESSÕES: SUCESSÃO EM GERAL: HERANÇA, VOCAÇÃO HEREDITÁRIA, HERANÇA JACENTE E PETIÇÃO DE HERANÇA; SUCESSÃO LEGÍTIMA; SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA; INVENTÁRIO E PARTILHA. JURISPRUDÊNCIA DO STF, STJ E TJSP.</p> <p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (LEI 13.105/2015): APLICAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; NORMAS FUNDAMENTAIS. JURISDIÇÃO E AÇÃO, LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO PODER JUDICIÁRIO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988); COMPETÊNCIA: CRITÉRIOS, FIXAÇÃO, MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, COOPERAÇÃO NACIONAL; LEGITIMAÇÃO: ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA; CAPACIDADE PROCESSUAL: CAPACIDADE DE SER PARTE, CAPACIDADE DE ESTAR EM JUÍZO E CAPACIDADE POSTULATÓRIA; PARTES: DEVERES, RESPONSABILIDADE, DESPESAS, HONORÁRIOS, MULTAS, GRATUIDADE DE JUSTIÇA E SUCESSÃO DAS PARTES; PROCURADORES: REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, SUCESSÃO DOS PROCURADORES, DEVERES E RESPONSABILIDADE (ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, LEI 8.906/1994 COM ALTERAÇÕES POSTERIORES; E CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB); LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS; JUIZ: PODERES, DEVERES, RESPONSABILIDADE, IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO DO JUIZ; AUXILIARES DA</p>
--	--



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 40

JUSTIÇA; FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA PÚBLICA, DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988); ATOS PROCESSUAIS: FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS, ATOS EM GERAL, ATOS DA PARTE, ATOS DO JUIZ E ATOS DO ESCRIVÃO OU CHEFE DE SECRETARIA; TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS: PRAZOS PROCESSUAIS: CONTAGEM E VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E PENALIDADES; LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS; COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS: CARTAS, CITAÇÕES E INTIMAÇÕES; NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS; DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO; VALOR DA CAUSA; TUTELA PROVISÓRIA; FORMAÇÃO DO PROCESSO; SUSPENSÃO DO PROCESSO; EXTINÇÃO DO PROCESSO; PROCESSO DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (LEI 5.869/1973); PROCEDIMENTO COMUM: PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS E PEDIDO; INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL; IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO; RESPOSTA DO RÉU: CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO; REVELIA; PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO: NÃO INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA REVELIA, FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR E ALEGAÇÕES DO RÉU; JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO: EXTINÇÃO DO PROCESSO, JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO E SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO; AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO; PROVAS EM GERAL E EM ESPÉCIE: PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA, ATA NOTARIAL, DEPOIMENTO PESSOAL, CONFISSÃO, EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA, PROVA DOCUMENTAL, FORÇA PROBANTE DOS DOCUMENTOS, ARGUIÇÃO DE FALSIDADE, PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL, DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, PROVA TESTEMUNHAL, ADMISSIBILIDADE, VALOR E PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL, PROVA PERICIAL E INSPEÇÃO JUDICIAL; SENTENÇA: ELEMENTOS E EFEITOS; COISA JULGADA; REMESSA NECESSÁRIA; JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA; LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA; CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: TEORIA GERAL DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, DEPÓSITO; AÇÃO DE EXIGIR CONTAS; PROCEDIMENTOS POSSESSÓRIOS; PROCEDIMENTOS DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES (USUCAPIÃO ORDINÁRIO, EXTRAORDINÁRIO, ESPECIAL URBANA, RURAL, PELA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E POR ABANDONO DO LAR, ADMINISTRATIVO, COLETIVO E INDÍGENA (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, CÓDIGO CIVIL/2002, LEI 6.001/1973, LEI 6.969/1981, LEI Nº 9.278/1996, LEI 10.257/2001, LEI 11.977/2009, LEI 12.424/2011)); OUTRAS AÇÕES PARA DEFESA DA PROPRIEDADE E DA POSSE: AÇÃO VINDICATÓRIA, AÇÃO REIVINDICATÓRIA, AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE, AÇÃO NEGATÓRIA, AÇÃO



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 41

CONFESSÓRIA, AÇÃO DE DANO INFECTO, AÇÃO PUBLICIANA, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROCEDIMENTOS DECORRENTES DA LOCAÇÕES IMOBILIÁRIAS (LEI 8.245/1991); DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES; AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE; INVENTÁRIO, PARTILHA, ARROLAMENTO, INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E REQUERIMENTO DE ALVARÁ JUDICIAL (LEI 6.858/1980); EMBARGOS DE TERCEIROS; OPOSIÇÃO; HABILITAÇÃO; AÇÕES DE FAMÍLIA E PROCEDIMENTOS DECORRENTES DAS RELAÇÕES FAMILIARES (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI 5.478/1968, LEI 6.515/1977, LEI 8.971/1994 E LEI 11.804/2008) E BEM DE FAMÍLIA; SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO: JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, LEI 6.515/1977), INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE (LEI 8.560/1992); MONITÓRIO; HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL; REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA; RESTAURAÇÃO DE AUTOS; NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO; ALIENAÇÃO JUDICIAL; DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO; TESTAMENTOS E DOS CODICILOS; HERANÇA JACENTE; BENS DOS AUSENTES; COISAS VAGAS; INTERDIÇÃO; TUTELA E CURATELA (CÓDIGO CIVIL. LEI ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA); ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES; RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO; JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS, FEDERAIS E FAZENDÁRIOS (LEI 9.099/1995, LEI 10.259/2001 E LEI 12.153/2009); PROCESSO COLETIVO: AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR (LEI 4.717/1965, LEI 7.347/1985 E LEI 8.078/1990), MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO (LEI 12.016/2009); BUSCA E APREENSÃO E DE DEPÓSITO DE COISA VENDIDA A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO E DE COISA GRAVADA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA (DECRETO-LEI 911/1969); JUÍZO ARBITRAL (LEI 9.307/1996); PROCESSO DE EXECUÇÃO: EXECUÇÃO EM GERAL: PARTES, COMPETÊNCIA, REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO, INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR E TÍTULO EXECUTIVO, RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL; EXECUÇÕES EM ESPÉCIE: EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA; EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER; EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE; PENHORA: OBJETO, DOCUMENTAÇÃO, REGISTRO, DEPÓSITO, LUGAR, MODIFICAÇÕES, MODALIDADES, AVALIAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO DE BENS, ADJUDICAÇÃO, ALIENAÇÃO E SATISFAÇÃO DO CRÉDITO; EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA; EXECUÇÃO DE ALIMENTOS; EMBARGOS DO DEVEDOR, EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL, EMBARGOS À EXECUÇÃO E EMBARGOS NA EXECUÇÃO POR CARTA;



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

fls. 42

EXCEÇÃO OU OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE; SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO; EXECUÇÃO FISCAL (LEI 6.830/1980). PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS; INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE; CONFLITO DE COMPETÊNCIA; HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA; AÇÃO RESCISÓRIA; INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS; RECLAMAÇÃO; TEORIA GERAL DOS RECURSOS; RECURSOS EM ESPÉCIE; AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS. AÇÃO ANULATÓRIA; EMBARGOS DE TERCEIRO; MANDADO DE SEGURANÇA. JURISPRUDÊNCIA DO STF, STJ E TJSP

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SEGURIDADE SOCIAL. ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL. CONCEITUAÇÃO. ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONTEÚDO, FONTES, AUTONOMIA. APLICAÇÃO DAS NORMAS PREVIDENCIÁRIAS. VIGÊNCIA, HIERARQUIA, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO. ORIENTAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL. INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONCEITUAÇÃO. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. SEGURADOS OBRIGATÓRIOS. MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. DEPENDENTES. MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTES. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. PREVIDÊNCIA SOCIAL: ÓRGÃOS E REGIMES. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO MUNICIPAL. DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS. BENEFICIÁRIOS, ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES, BENEFÍCIOS, DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS, PERÍODOS DE CARÊNCIA, SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO, RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO, REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS. INTEGRALIDADE E PARIDADE. INTEGRALIDADE E PROPORCIONALIDADE. REAJUSTAMENTO. TETO E LIMITES. FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES E DO MUNICÍPIO. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. INDENIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. CÁLCULO ATUARIAL. PERIODICIDADE. REGIME GERAL E REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. PREVIDÊNCIA DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS. REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS. REGRAS DE TRANSIÇÃO. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (ART. 40 E ART. 201). EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/98, Nº 41/2003, Nº 47/2005, Nº 70/2012, 88/2015 E 103/2019. LEI FEDERAL Nº



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

	10.887/2004. LEI FEDERAL Nº 9.717/98 E SUAS ALTERAÇÕES. LEI FEDERAL Nº 9.796/1999. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL 1. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PINDORAMA.
--	--

8.5. À prova objetiva de múltipla escolha será atribuído um valor de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a **50 (cinquenta)**. O candidato que não comparecer para realizar a prova será eliminado do concurso.

8.6. O nível de complexidade e exigência quanto ao conteúdo das provas variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para preenchimento do cargo ao qual o candidato estiver concorrendo.

8.7. Os candidatos que obtiverem os pontos necessários e forem classificados, serão submetidos gradativamente e na ordem crescente de classificação à avaliação médica e, se necessário, à avaliação psicológica, ambas de caráter eliminatório, à medida do surgimento de vagas no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de PINDORAMA ou a critério da Administração.

8.8. Na hipótese de anulação de questões da prova, quando de sua avaliação, as mesmas serão pontuadas como corretas para todos os candidatos.

8.9. Não serão consideradas:

a	-	As questões da prova assinaladas no cartão de resposta que contenham emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
b	-	As questões da prova que contenham mais de uma opção de resposta assinalada no cartão de resposta;
c	-	As questões da prova que não estiverem assinaladas no cartão de resposta;
d	-	A prova cujo cartão de resposta for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

8.10. Para realização das provas, o candidato deverá portar caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

8.11. Os candidatos somente poderão se retirar do local da prova depois de transcorrido tempo mínimo de **1h (uma hora)** do seu início.

8.12. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregá-la e retirar-se do local simultaneamente.

8.13. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva. O não comparecimento na data e local indicado, sob qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato ao certame.

8.14. É vedado ao candidato prestar a prova objetiva fora do local, data e horário divulgado pela organização do Concurso Público, e nem haverá segunda chamada para sua realização.

8.15. Será automaticamente ELIMINADO do certame o candidato que, durante a realização da prova:

- a) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;
- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio na resolução da prova;
- c) utilizar-se de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;
- d) utilizar-se ou deixar ligados quaisquer equipamentos eletrônicos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações;



- e) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou candidatos;
- f) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- g) ausentar-se da sala durante a prova, portando o cartão de resposta;
- h) descumprir as instruções contidas no Caderno de questões;
- i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

8.15.1. Não será permitido, durante o período de prova:

- a) o porte de arma de fogo ou outra;
- b) uso de bonés, chapéus ou similares.

8.15.2. Os candidatos deverão colocar os pertences de mão tais como relógios, telefones celulares (devidamente desligados) etc., em sacolas próprias para este fim que serão distribuídas pelo fiscal de sala.

8.16. Os Candidatos que se recusarem a cumprir os procedimentos do item 8.15.1 e 8.15.2 serão retirados da sala de provas e eliminados do presente certame.

8.17. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar:

Documento oficial com foto (cédula de identidade, carteira nacional de habilitação, carteira de trabalho ou carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação).

8.18. Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência mínima de **30 (trinta)** minutos em relação ao seu início. **Não será admitido ingresso de candidatos no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.**

8.19. Os portões dos locais de realização das provas serão trancados no horário fixado para o seu início. Em hipótese alguma será permitida a entrada após este horário.

8.20. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão de resposta, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento do cartão de resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **caderno de questões**. Não haverá substituição do cartão de resposta por erro do candidato.

8.21. O candidato, ao encerrar a prova entregará ao fiscal de prova/sala o cartão de resposta, podendo levar consigo o caderno de questões.

9. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE PARA TODAS AS FASES

9.1. A classificação final dos candidatos, em ordem decrescente de pontuação, será obtida através da totalização da prova objetiva.

9.2. Havendo empate na totalização dos pontos, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, na data do término das inscrições.

9.3. Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que na ordem a seguir, tenha obtido sucessivamente, em cada cargo:



- a) o maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) o maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- c) o maior número de pontos na prova de Matemática;
- d) o maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) ter exercido a função de jurado, comprovado por documento emitido pela Justiça (quando for o caso).

9.3.1. Persistindo o empate com aplicação do item 9.3, será dada preferência, para efeito de classificação, ao candidato de maior idade, assim considerando “dia, mês e ano do nascimento”, e desconsiderando “hora de nascimento”.

9.3.2. Persistindo o empate com aplicação do item 9.3.1, será processado sorteio público para definição de ordem de classificação.

9.4. A relação com o resultado obtido pelos candidatos será disponibilizada conforme subitem 4.1.1.

9.5. O candidato portador de deficiência irá figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, porém seu nome será publicado com a indicação de portador de deficiência.

9.6. O resultado final deste CONCURSO PÚBLICO contendo as relações discriminadas nos itens 9.4 e 9.5 será disponibilizado conforme subitem 4.1.1.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberá interposição de recurso fundamentado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, iniciando e terminando sempre em dias úteis, incluindo-se o dia de início e o dia do término, nas seguintes situações:

- a) de qualquer questão da prova objetiva, a contar da publicação do gabarito;
- b) contra a totalização dos pontos obtidos na prova objetiva, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- c) do indeferimento contra erros ou omissões na atribuição de notas ou na classificação, a contar da data da divulgação do resultado final das provas;
- d) da classificação final desde que seja comprovado erro material, a contar da data da divulgação do resultado.

10.2. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

10.3. Os recursos mencionados no item 10.1 deste edital deverão ser protocolados diretamente no endereço eletrônico www.concursosmaster.com.br.

10.4. Não serão aceitos recursos interpostos por qualquer meio que não seja o especificado no item 10.3.

10.5. O recurso deverá obedecer às seguintes determinações:

- a) ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescida de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;
- b) ser apresentado de forma única, ou seja, todos os itens que se deseja recorrer deverão constar de um único recurso.

10.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento mencionado no item 10.1 deste Edital, devidamente fundamentado.

10.7. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 10.1.

10.8. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento do recurso será disponibilizada conforme subitem 4.2.



10.9. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes na prova, independente de interposição de recurso.

10.10. Alterado o gabarito oficial de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

10.11. Na ocorrência dos dispostos nos itens 10.9. e 10.10. deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do concurso será homologado pela Câmara Municipal de PINDORAMA.

11.2. O ato de homologação do resultado final deste Concurso Público será publicado no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA, disponível no endereço eletrônico www.camarapindorama.sp.gov.br.

12. DA NOMEAÇÃO

12.1. Concluído este Concurso Público e homologado o resultado final, a eventual concretização do ato de nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas e nos termos deste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade deste Concurso Público e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

12.2. O candidato aprovado e classificado poderá ser nomeado para o cargo para o qual se inscreveu, devendo ser observado o número de vagas estabelecido no QUADRO DE CARGOS deste Edital.

12.3. Em caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade deste Concurso Público, observada a disponibilidade financeira e orçamentária, poderão ser nomeados mais candidatos aprovados, de acordo com a estrita ordem de classificação, sendo 5% (cinco por cento) delas destinadas aos candidatos portadores de deficiência.

12.4. A nomeação dos candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados neste Concurso Público observará, para cada cargo, a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

12.5. Os candidatos habilitados neste concurso público em classificação superior às vagas ofertadas não implicam em hipótese alguma na obrigatoriedade de nomeação e eventual e respectiva posse, podendo estas ser convocadas a critério da administração conforme conveniência e oportunidade.

13. DA POSSE

13.1. O candidato aprovado será convocado, através da página oficial da Câmara Municipal de PINDORAMA www.camarapindorama.sp.gov.br, por telefone e ou e-mail e ou endereço postal para apresentar a documentação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação do ato de sua convocação para posterior nomeação e posse, podendo este prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos a pedido do próprio candidato, desde que devidamente justificado.

13.2. O Candidato que não apresentar a documentação no prazo mencionado no item 13.1 deste Edital perderá seu direito a nomeação e respectiva posse.



13.3. Para tomar posse no cargo em que foi nomeado, o candidato deverá atender aos requisitos de investidura dispostos no item 3 deste Edital e apresentar obrigatoriamente os originais e as respectivas fotocópias simples dos seguintes documentos:

- a) Duas fotos 3x4 recentes;
- b) Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia;
- c) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição, ou certidão de regularidade emitida pelo respectivo cartório eleitoral;
- d) Cadastro de pessoa física - CPF
- e) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, quando for do sexo masculino;
- f) Comprovante de conclusão da habilitação exigida para o cargo, de acordo com o QUADRO DE CARGOS deste Edital, devidamente reconhecida pelo sistema federal ou pelos sistemas estaduais e municipais de ensino;
- g) Cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se houver;
- h) Certidão de casamento, quando for o caso;
- i) Certidão de nascimento dos filhos, quando for o caso;
- j) Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia, ou certidão de nascimento dos dependentes legais, se houver, e documento que legalmente comprove a condição de dependência;
- k) Atestado de que não possui registro de antecedentes criminais, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado;
- l) Atestado de saúde;
- m) Declaração, informando se exerce ou não outro cargo, cargo ou função pública no âmbito federal, estadual ou municipal;
- n) Declaração, informando se já é aposentado, por qual motivo e junto a qual regime de previdência social;
- o) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

13.3.1. Poderão ser solicitados demais documentos necessários além dos constantes no item 13.3 deste edital.

13.4. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de apresentar qualquer um dos documentos especificados no item 13.3 deste Edital e demais documentos solicitados conforme item 13.3.1, bem como deixar de comprovar qualquer um dos requisitos para investidura no cargo estabelecido no item 3 deste Edital.

14. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PUBLICO

14.1. A validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, contados da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Câmara Municipal de PINDORAMA.

15. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

15.1 Em cumprindo ao que dispõe a Lei Geral de Tratamento de Dados, Lei Federal nº 13.709/2018, informamos que os dados pessoais dos candidatos, coletados durante o procedimento de inscrição dos mesmos, serão utilizados para as finalidades constantes deste edital, abaixo listadas:

- a) Identificação do candidato;
- b) Emissão de todos os relatórios e documentos necessários ao processamento do concurso público;



- c) Processamento dos critérios de desempates;
- d) Envio de e-mail e mensagem;
- e) Demais procedimentos especificamente relacionados com o certame em tela.

15.2. Finalizando o certame objeto deste edital, os dados serão compartilhados com Câmara Municipal DE PINDORAMA para fins específicos de convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados.

15.3. Os dados pessoais coletados dos candidatos não serão utilizados para quaisquer outros objetivos que estejam foram dos especificados no presente edital.

15.4. Os dados pessoais coletados dos candidatos ficarão disponíveis durante o período de validade do processo seletivo objeto deste edital e serão utilizados apenas para as atividades específicas do mesmo.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A inscrição do candidato implicará a aceitação total e irrenunciável das normas para este Concurso Público contidas nos comunicados, neste Edital, em editais complementares, avisos e comunicados a serem publicados.

16.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA e a MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e/ou alimentação dos candidatos, ou despesas afins, quando da realização das etapas deste certame.

16.3. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata ao se inscrever, ou que não possa satisfazer todas as condições enumeradas neste Edital, terá a qualquer tempo cancelada sua inscrição e serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado nas provas e exames ou nomeado.

16.4. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação para as provas correspondentes. Nesses casos, a alteração será mencionada em edital complementar, retificação, aviso ou errata a ser publicada conforme subitem 4.2.

16.5. Não serão fornecidos atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidatos, valendo para quaisquer finalidades as respectivas publicações oficiais.

16.6. Por razões de ordem técnica e de segurança, a MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas relativas a concursos anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direito público ou privado.

16.7. Os prazos estabelecidos neste edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de recursos e/ou de documentos após as datas estabelecidas.

16.8. É de responsabilidade do candidato, após a homologação e durante o prazo de validade deste Concurso Público, manter seu endereço atualizado junto a Câmara Municipal de PINDORAMA, por meio de correspondência registrada endereçada a Câmara Municipal de PINDORAMA- Concurso Público Edital nº 01/2023, situado na Rua Tiradentes, nº 71, Centro - CEP: 15.380-000 município de PINDORAMA-SP, assumindo a responsabilidade eventual do não recebimento de qualquer correspondência a ele encaminhada pela Câmara Municipal de PINDORAMA, decorrente de insuficiência, equívoco ou alteração dos dados constantes da inscrição.

16.9. A CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA e a MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.



Câmara Municipal de Pindorama

Terra das Palmeiras

Rua Tiradentes, 71 - Bairro São Pedro - Pindorama / SP - CEP: 15.830-000
Caixa Postal nº 41 - Tels: (17) 3572-1379 / (17) 3572-3595

16.11. A comprovação da tempestividade dos recursos e documentações será feita por protocolo de recebimento, atestando exclusivamente a entrega.

16.12. Não serão considerados os recursos intempestivos ou interpostos em desacordo com este Edital.

16.13. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, atos, avisos e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados pela Câmara Municipal DE PINDORAMA conforme subitem 4.2.

16.14. O candidato convocado para o exercício de sua atividade fica obrigado a participar de todos os cursos e treinamentos oferecidos pela Câmara Municipal de PINDORAMA ou por ele indicados.

16.15. Decorridos 120 (cento e vinte) dias após a homologação e não se caracterizando qualquer óbice, é facultada a incineração do material utilizado e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos, sob a responsabilidade da **MASTER ASSESSORIA CONTÁBIL S/S LTDA.**

Câmara Municipal de PINDORAMA
PINDORAMA – SP em 30 de outubro de 2023.

FRANCISCO ANTONIO VIDAL
Presidente